

Exmos. Senhores,

Venho o núcleo fundador da ZIF de Barreiros e Cepões, para efeito do disposto no art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 67/2017, de 12 de junho, solicitar a publicitação por edital e a consulta dos documentos enviados durante o período referenciado.

Após o período de publicitação, agradecia que encaminhassem possíveis dúvidas ou sugestões para o núcleo fundador, bem como um documento autenticada de que os documentos foram publicitados na vossa instituição.

Antes demais, um muito obrigado pela vossa colaboração

Cumprimentos,

O núcleo fundador da ZIF de Barreiros e Cepões.

EDITAL

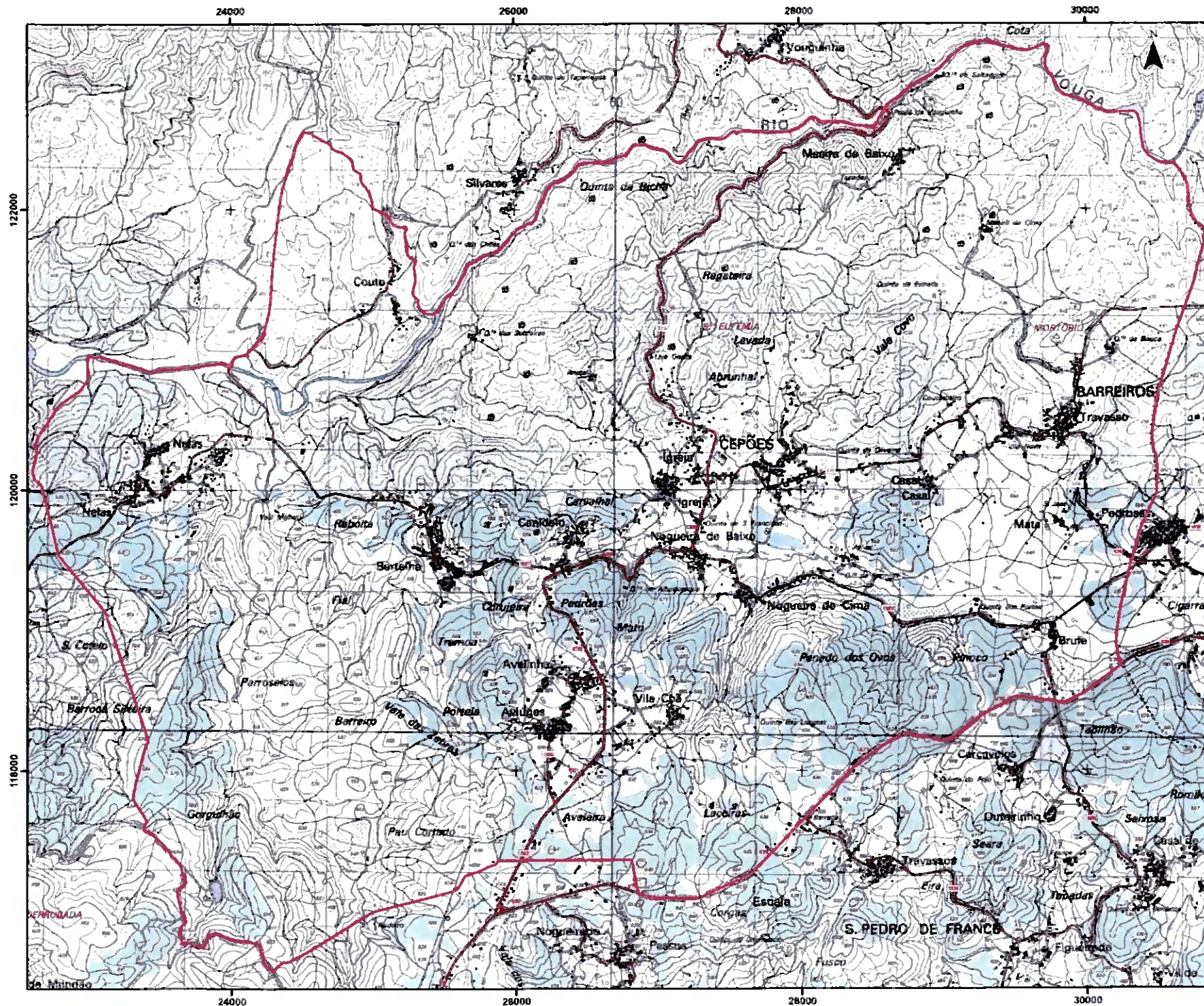
ZIF - Publicitação da Consulta Pública

ZIF a constituir	
Designação: ZIF de Barreiros e Cepões	N.º de registo no ICNF, I.P.: 402/18

Para efeito do disposto no art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 67/2017, de 12 de junho, comunica-se que se encontram disponíveis para consulta pública, nos locais abaixo indicados, os seguintes documentos:

- Listagem dos proprietários e produtores florestais que anuíram a integrar a ZIF;
- Indicação da entidade gestora da ZIF;
- Carta com a delimitação territorial da ZIF e sua localização administrativa;
- ~~Cadastro geométrico dos prédios abrangidos / inventário da estrutura da propriedade na escala adequada à sua identificação~~ / autorização do ICNF, I.P. emitida em 4 de maio de 2018 para prorrogação, por 3 ano(s), do prazo para apresentação dos elementos de identificação dos prédios (*riscar o que não interessa*);
- Projeto de regulamento interno;
- Ata(s) da(s) reunião(ões) de consulta prévia, validada(s) pelo representante do ICNF, I.P.

Locais de consulta	Morada	Período de consulta (*)
Junta da União de Freguesias de Barreiros e Cepões	R. Santa Bárbara 6, 3505-219 Cepões	de 6/07/2018 a 06/08/2018
Município de Viseu	Praça da República 3514-501 Viseu	
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro	Quinta do Soqueiro, R. Cónego António Barreiros 3500-093 VISEU	



ZIF de Barreiros e Cepões

Delimitação na Carta Militar de Portugal
Folhas nºs 167 e 178

Distrito: Viseu
Concelho: Viseu
Freguesia: União das Freguesias de Barreiros e Cepões

Legenda

Limite ZIF

1:25 000

Fontes:
Carta Administrativa Oficial de Portugal
Versão 2016
Extratos das Folhas da Carta Militar de Portugal
Série, M 688

Sistema de Coordenadas :
ETRS89 PT-TM06

Zona de Intervenção Florestal de Barreiros e Cepões

Nº 402/18

Consulta Pública

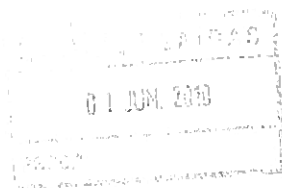
União das Freguesias de Barreiros e Cepões, Viseu

LISTAS DOS ADERENTES À ZIF DE BARREIROS E CEPÕES Nº 402/18

TITULAR DOS PRÉDIOS RUSTICOS:	
Conselho Diretivo dos Baldios de Aviúges	
Conselho Diretivo dos Baldios de Nelas	
Conselho Diretivo dos Baldios de Barreiros	
Conselho Diretivo dos Baldios de Cepões e Maeiras	
Assembleia de Compartes dos Baldios de Bertelhe	

Indicação da Entidade Gestora da ZIF	
Denominação	Verde Coincidência – Associação de Proprietários e Produtores Florestais
Morada	Rua de Santo Amaro, 31, 3505-554 Bertelhe
NIPC	514932899,
Data da Constituição	07 de junho de 2018

Autorização para prorrogação do prazo para a elaboração de cadastro ou de inventário de estrutura de propriedade



Ao Núcleo Fundador
da ZIF de Barreiros e Cepões
Rua Principal, n.º 3
3505-100 BARREIROS VIS

SUA REFERÊNCIA
e-mail

SUA COMUNICAÇÃO DE
28-05-2018

NOSSA REFERÊNCIA
30524/2018/DGPF/DGF

ASSUNTO ZIF DE BARREIROS E CEPÕES (N.º 402/18) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO OU DE INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

Em resposta ao solicitado no *e-mail* em epígrafe, vimos comunicar que, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pelo n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 67/2017, de 12 de junho, é concedida autorização para prorrogação, por um máximo de três anos após a criação da ZIF de Barreiros e Cepões, do prazo para a elaboração dos elementos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º do referido diploma legal.

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho Diretivo


Rui Pombo

Projeto de Regulamento interno

ZIF de Barreiros e Cepões

Artigo 1º

O Regulamento Interno

1. O presente Regulamento Interno define os objetivos específicos e as regras de funcionamento da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Barreiros e Cepões, 402/18-ZIF Barreiros e Cepões e estabelece os deveres e os direitos dos proprietários e produtores florestais a ela aderentes.
2. O Regulamento Interno é aprovado pela Assembleia Geral de Aderentes.
3. O Regulamento Interno só pode ser alterado em Assembleia Geral de Aderentes com uma maioria de três quartos dos proprietários e produtores florestais presentes em pleno gozo dos seus direitos.
4. O presente regulamento ou qualquer alteração entra em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral.

Artigo 2º

Natureza

1. A Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Barreiros e Cepões é um conjunto de áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e geridas por uma Entidade que se rege pelo presente Regulamento Interno, pelas deliberações da Assembleia Geral, bem como pelas disposições aplicáveis pela Lei 33/96, de 17 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2009, de 9 de fevereiro), 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, e 67/2017, de 12 de junho e por outros diplomas regulamentares dos espaços florestais.

Artigo 3º

Objetivos

1. A Zona de Intervenção Florestal, tem como principais objetivos gerais:

- a) Promover a gestão e a sustentabilidade das superfícies florestais em áreas de minifúndio.
- b) Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais.
- c) Garantir, de forma ordenada, a recuperação dos espaços florestais afetados por incêndios.
- d) Diminuir as condições de ignição e propagação de incêndios na área da ZIF.
- e) Gerar com as atividades descritas nas alíneas anteriores dividendos a distribuir pelos associados da ZIF.

2. A Zona de Intervenção Florestal, tem como principais objetivos específicos:

- a) Garantir a rentabilidade económica da área ZIF, promovendo os potenciais produtos e serviços da floresta como a produção lenhosa, a caça, o turismo e o recreio.
- b) Aumentar os rendimentos de exploração florestal pela otimização dos custos de investimento e de exploração e valorização da biomassa produzida.
- c) Aumentar a área arborizada, promovendo uma correta reflorestação adequada às condições ecológicas da zona e utilizando as melhores práticas culturais.
- d) Reduzir a recorrência e a suscetibilidade da área ZIF aos incêndios, promovendo a diversidade específica florestal e a melhoria e manutenção das infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios.
- e) Fomentar a diversidade do coberto vegetal, promovendo a substituição de resinosas por folhosas nas estações de melhor qualidade, fomentando as áreas de sobreiro.
- f) Fomentar as áreas de pastorícia como forma de reduzir o estrato herbáceo e arbustivo e diversificar as atividades a desenvolver na área ZIF.
- g) Promover a manutenção das áreas agrícolas existentes e, se possível, aumentá-las

como forma de diversificar as atividades da ZIF e compartimentar as áreas florestais, diminuindo a progressão dos fogos florestais.

h) Regularizar/ atualizar o cadastro da ZIF.

i) Promover a dinâmica de adesão dos proprietários e produtores florestais inseridos na área ZIF.

j) Promover a certificação futura da gestão florestal e dos seus produtos florestais.

3. As metas serão definidas no Plano de Gestão Florestal e no Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios da ZIF.

Artigo 4º

Área de Intervenção

1. A área de intervenção da ZIF Barreiros e Cepões abrange a localidade de Barreiros e Cepões, sendo parte integrante da atual União de Freguesias de Barreiros e Cepões. Apresenta uma área total de 3474,09hectares, podendo ser ampliada ou reduzida, nos termos regulados na lei vigente.

Artigo 5º

Aderentes

1. A ZIF integra como aderentes os proprietários fundadores (Núcleo Fundador) e outros proprietários e produtores florestais, por adesão destes;
2. Poderão ser aderentes todos os proprietários ou detentores dos direitos de exploração florestal dos prédios rústicos que incluam espaços florestais inseridos na área da ZIF e que tenham subscrito o respetivo formulário de adesão;
3. Por morte ou incapacidade do proprietário aderente, o herdeiro ou a pessoa a quem sejam delegados poderes de representação podem-no substituir nas Assembleias Gerais e nas responsabilidades assumidas no âmbito da ZIF;
4. Quando um proprietário aderente à ZIF decide ceder os seus direitos de exploração por contrato de arrendamento a um outro produtor florestal, nesse contrato deve constar o modo como o proprietário e o arrendatário partilham os seus direitos e deveres no que se refere à ZIF;

5. Poderão ser aderentes os proprietários ou produtores florestais de um ou mais prédios rústicos que se insiram dentro da área da ZIF e não aderentes à data da sua constituição, podem solicitar em qualquer momento a sua adesão junto da Entidade Gestora ou da Mesa da Assembleia Geral dos Aderentes, sendo a sua admissão obrigatoriamente retificada na Assembleia Geral seguinte.

Artigo 6º

Admissão de Aderentes

1. Os proprietários e/ou produtores florestais que pretendam aderir à ZIF, deverão solicitar a admissão à entidade Gestora da ZIF, ou ao núcleo fundador, caso a primeira se não encontre ainda designada;
2. A admissão deverá ser celebrada por escrito, através do preenchimento da ficha de adesão, devendo os aderentes aí assumir o compromisso de respeitar as obrigações inerentes à admissão;
3. A lista de proprietários e outros produtores florestais aderentes, atualizada anualmente, será exposta nos locais consignados para a publicidade da atividade da ZIF.

Artigo 7º

Direitos e Deveres dos Aderentes

1. São direitos dos aderentes:
 - a. A regularização do regime jurídico do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s), enquanto propriedade(s) integrante(s) da ZIF;
 - b. A transmissão do(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) por meio de venda, doação ou herança, transferindo-se os direitos e as obrigações para o novo proprietário;
 - c. O respeito pela existência dos marcos divisionais do (s)seu (s) prédio(s) rústico(s);
 - d. O respeito pelas suas aspirações e interesses relativamente aos objetivos a atingir na(s) sua(s) exploração(ões) florestal(ais);
 - e. A obtenção de informação periódica ou sempre que a solicitem sobre a atividade desenvolvida na ZIF;

f. Eleger e serem eleitos para os Órgãos Sociais;

2. São deveres dos aderentes:

- a. Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente, o presente regulamento e as deliberações da Assembleia Geral;
- b. Participar ativamente na dinâmica da ZIF, comparecendo às reuniões da Assembleia Geral, ações de sensibilização, colaborando com os órgãos sociais, trabalhando em comissões e grupos de trabalho, apresentando propostas e sugestões concretas a desenvolver, colaborando nas ações a promover e contribuindo por qualquer forma ao seu alcance para o prestígio da ZIF;
- c. Cumprir o estipulado no plano de gestão florestal e plano de defesa da floresta contra incêndios no que respeita às suas propriedades;
- d. Informar a entidade gestora da ZIF, de quaisquer alterações registais e /ou cadastrais das propriedades;

Artigo 8º

Quotização

1. Os valores de adesão à ZIF correspondem aquelas aprovados em Assembleia Geral.

Artigo 9º

Órgãos sociais

1. São órgãos sociais da ZIF a assembleia-geral e o conselho fiscal
2. A duração dos mandatos dos titulares dos órgãos sociais é de 5 anos

Artigo 10º

Eleição dos órgãos sociais

1. Os órgãos sociais da ZIF são eleitos por maioria simples em assembleia geral de aderentes em que se encontre presente um mínimo de 50% do universo dos proprietários florestais aderentes e detenham em conjunto, 50% da área da ZIF.
2. As candidaturas serão formalizadas por meio de lista nominal com indicação dos respetivos cargos e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até oito dias antes do ato eleitoral

Artigo 11º

Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é constituída pela totalidade dos aderentes, sendo o órgão supremo da ZIF, cujas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são vinculativas dos demais órgãos sociais e todos os aderentes

Artigo 12º

Reuniões da Assembleia Geral

1. A Assembleia deverá reunir ordinariamente durante o mês de dezembro para apreciação e votação do orçamento e plano anual de atividades para o exercício seguinte.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente até 31 de março de cada ano, para apreciação e votação do relatório e contas
3. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, a pedido da Entidade Gestora ou do Conselho Fiscal ou ainda quando requerida por um terço dos proprietários e/ou produtores florestais aderentes que representem, em conjunto, um quinto da área de ZIF.

Art.º 13

Convocatória

1. A convocatória é efetuada pelo Presidente da Mesa da Assembleia, por edital em locais de estilo com pelo menos 15 dias de antecedência.
2. Da convocatória constará a ordem de trabalhos e quando o objeto da reunião assim o imponha, a indicação do local, horário onde serão disponibilizados os documentos de preparação e/ou suporte das deliberações.

Art.º 14

Quórum

1. A Assembleia Geral deverá reunir e deliberar validamente, em primeira convocatória, com a presença de pelo menos metade dos aderentes com direito a voto
2. Quando à hora marcada não estiverem presentes pelo menos metade dos aderentes, com direito a voto, a assembleia-geral reúne validamente, trinta minutos após a hora designada para a primeira convocatória, seja qual for o número de proprietários e produtores florestais aderentes, presentes, excepto, tratando-se de deliberações em

matéria que a lei, ou o presente regulamente interno exijam quórum ou maioria especial.

Art.º 15

Votos

1. Têm direito a votar todos proprietários e/ou produtores florestais aderentes;
2. Cada proprietário e/ou produtor florestal aderentes tem direito a um voto.
3. É admitida a representação dos aderentes, pelo seu cônjuge, descendente ou outro aderente, mediante carta assinada pelo representado entregue ao presidente da mesa antes do início dos trabalhos;
4. É admitido o voto por correspondência, em carta fechada enviada ao presidente da mesa da Assembleia Geral e por este aberta depois de emitidos os votos dos presentes.

Art.º 16

Mesa da Assembleia Geral

1. A mesa da Assembleia Geral é formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral proceder às convocatórias das Assembleias, conduzir os trabalhos e orientar a redação das atas, bem como conduzir os processos eleitorais.

Art.º 17

Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização financeira e controle da entidade gestora sendo constituído por um presidente e dois vogais eleitos por mandatos de 5 anos pela Assembleia Geral.
2. Os membros do conselho fiscal não são remunerados.
3. O conselho fiscal emite parecer sobre o relatório de contas apresentado pela entidade gestora.

Art.º 18

Vinculação

1. A ZIF vincula-se em quais quer atos externos ou contratos com a assinatura do(s) representante(s) definido(s) em Assembleia Geral.

Art.º 19

Entidade Gestora

1. A entidade gestora da ZIF será uma pessoa coletiva, com ou sem fins lucrativos, possuindo contabilidade organizada, que ficará responsável pela gestão da ZIF.
2. A entidade gestora é eleita nos termos da lei e do presente regulamento.

Art.º 20

Competência da entidade gestora

1. A entidade gestora tem poderes de direção e gestão da ZIF, competindo-lhe, nomeadamente, coordenar as atividades da ZIF, tendo em vista a realização dos seus fins, podendo decidir em todas as matérias não reservadas por lei, pelos estatutos ou pelo presente regulamento à Assembleia Geral e ao Conselho fiscal;
2. Elaborar os planos de gestão florestal e de defesa da floresta contra incêndios;
3. Elaborar outros planos quando necessários;
4. Zelar pelo cumprimento do aprovado no regulamento interno da ZIF;
5. Promover a regularização do cadastro das propriedades da área de ZIF;
6. Promover e dinamizar os interesses dos aderentes e coordenar a atividade comum;
7. Elaborar o relatório de atividades, relatório de contas, plano anual de atividades e orçamento;
8. Vincular a ZIF em atos ou contratos desde que tal respeite a matéria de gestão corrente.
9. Representar a ZIF em juízo e fora dele;
10. Acompanhar a execução dos planos e atividades desenvolvidas na área de ZIF pelos aderentes, através de técnicos;
11. Emitir pareceres sobre as atividades a desenvolver na área de ZIF, nomeadamente, florestais, agroflorestais, de pastorícia, cinegéticas, ambientais, turísticas, desportivas, culturais e, em geral, as demais atividades rústicas não rurais.
12. Criar um centro de custos autónomo, com cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos no presente regulamento e na legislação aplicável destinado a financiar intervenções geradoras de benefícios comuns e de apoio aos aderentes;
13. Colaborar com as entidades públicas ou privadas do mesmo âmbito territorial;
14. Recolher, organizar e divulgar toda a informação relevante para a ZIF.

Art.º 21

Receitas e Fundo Comum

1- Constituem receitas da ZIF para fazerem parte do fundo comum:

- a) Subsídios, instrumentos de apoio à floresta, doações ou quaisquer outros bens que sejam disponibilizados por organismos estatais, entidades públicas ou privadas, associados ou quaisquer outras pessoas singulares ou coletivas
- b) Prémios, incentivos e outras receitas que sejam atribuídas à ZIF nos termos da lei e das condições definidas no respetivo regulamento interno.
- c) Quaisquer bens de natureza material e ou outra que a ZIF venha a adquirir.

Art.º 22

Despesas

1- Constituem despesas da ZIF:

- a) Todas as despesas decorrentes do exercício das suas atividades de gestão florestal e da forma de iniciativas, consoante as decisões dos órgãos sociais da ZIF e da entidade gestora, de acordo com o presente regulamento;
- b) As despesas decorrentes da concretização das obrigações impostas por lei.

Art.º 23


Alteração e Extinção da ZIF

- 1- As alterações e extinção da ZIF só é válido quando em cumprimento no estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2009, de 9 de fevereiro), 2/2011, de 6 de janeiro, 27/2014, de 18 de fevereiro, 67/2017, de 12 de junho ou por qualquer alteração à lei em vigência.

Ata da reunião de consulta prévia, validada pelo representante do ICNF, I.P.**Ata da Consulta Prévia
ZIF de Barreiros e Cepões**

*Ata que esta ata traduz correctamente
a discussão dos elementos presentes
nesta reunião de consulta prévia.*

26/6/218



Aos vinte cinco dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas, na sala de Freguesia da União de Freguesias de Barreiros e Cepões, realizou-se a consulta prévia da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Barreiros e Cepões, estando presente o técnico representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Eng.º Nuno Amaral, os representantes do Núcleo Fundador, Vítor Lopes Almeida, Manuel Ferreira do Amaral, António Jesus de Carvalho e Manuel de Jesus Sousa e proprietários e/ou produtores florestais com interesse na Zona de Intervenção Florestal de Barreiros e Cepões, conforme a folha de presenças que val anexo a esta ata.

A reunião foi iniciada pelo técnico Sérgio Marques, a qual depois de dar as boas vindas aos presentes fez uma breve apresentação, explicando o que é uma ZIF, quais os seus objetivos e informando os presentes dos passos necessários à sua constituição. No final da apresentação, solicitou aos presentes que colocassem as suas dúvidas.

O Sr. José Carlos, após tomar conhecimento dos limites da ZIF a formar, questionou se a sua constituição não é demasiado ambiciosa e se é de todo exequível, tendo em conta a quantidade de área de aderentes mínima legalmente exigida para a sua constituição. Esta questão foi esclarecida pelo Eng.º Orlando Faisca, gerente da empresa Floresta Bem Cuidada que está a prestar consultadoria técnica para a criação da ZIF, que realçou que a constituição da ZIF de Barreiros e Cepões é um processo que já vem a ser preparado desde o final do ano passado com reuniões em Cepões e Barreiros e que estavam presentes os representantes dos concelhos diretivos dos baldios que integram o limite da ZIF. Estes fazem parte do núcleo fundador e são detentores de grandes áreas florestais e que sem a sua integração seria de facto um processo demasiado ambicioso. O técnico Sérgio Marques realçou ainda que o limite da ZIF integra áreas com várias tipologias de uso e ocupação do solo, pelo que a área mínima legalmente exigida reporta e associa-se apenas à área florestal total presente dentro do limite da ZIF.

Após este esclarecimento o Sr. José Carlos questionou ainda quem seria a entidade gestora e se haveria qualquer valor a pagar à mesma para efetivar a integração na ZIF. A esta questão, o Eng.º Orlando Faisca, respondeu que a entidade gestora será uma associação criada de raiz, mas que respeitará todos os pressupostos legalmente exigidos. O técnico Sérgio Marques respondeu que o valor da quotização para integração da ZIF será um dos elementos integrantes do Regulamento Interno e que esse valor está dependente da aprovação em Assembleia Geral de Aderentes. O Eng.º Nuno Amaral tomou a palavra e explicou que um dos pressupostos da entidade Gestora é criar um fundo comum, relançado a importância desse fundo para a prosperidade da ZIF. Uma vez que um dos objetivos da criação da ZIF de Barreiros e Cepões é

ter um maior proveito dos fundos do presente quadro comunitário, o Eng.º Nuno Amaral aproveitou para explicar os diferentes tipos de projetos a que a ZIF se poderia candidatar, encargos e o envolvimento das diferentes entidades. Aproveitou também para realçar a importância da ZIF nos termos da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) e quais as ações que poderiam ser feitas para diminuir o impacto dos incêndios florestais. -----
Vários produtores/ proprietários florestais aproveitaram o tema da DFCI para questionar o Eng.º Nuno Amaral sobre as exigências do Decreto-Lei nº 10/2018 e sobre outros assuntos de corte/abate de espécies arbóreas com a necessidade de autorização prévia, as quais mereceram toda a atenção e todos os intervenientes foram esclarecidos, apesar do tema se afastar do assunto chave da reunião em causa. -----
Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 18h 45 mím da qual se lavrou a presente ata, a qual vai assinada pelos membros do Núcleo Fundador presentes na reunião. ---



Os elementos do Núcleo Fundador:

Vicente Lopes do Amaral
Manuel Ferreira do Amaral
António Jesus Carvalho
Margarida Jesus Sousa

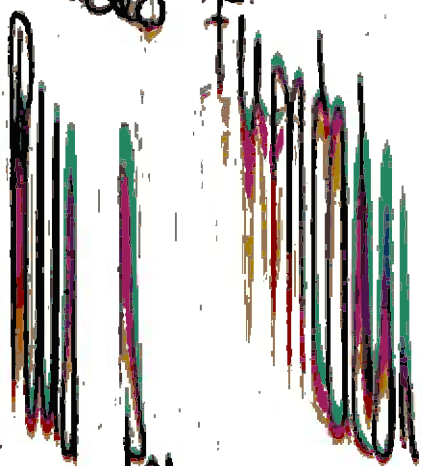
Anexo

Lista de presenças da consulta prévia da constituição da ZIF de Barreiros e Cepões, realizada a vinte e cinco de maio de dois mil e dezoito, pelas desassete horas na Sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Barreiros e Cepões

Marcos da Silva Sousa
Marcos J. S.
Edyardo Cardoso Baptista
João
João de Almeida do Costa
João José Paulo Reis
Glória
António José Carvalho
Alma Adelaide Almeida de Oliveira
Manoel do Carmo Ferreira
Manoel Ferreira do Amaral
Amândio de Sousa, Carvalho
Fernando Carlos Oliveira
Marina do Rosário Guedes
Helena C. Pereira, Ysmael, Domingos
Luís José de Almeida
João Henrique Duarte
João Neto de Carvalho

Núcleo

F



da ZIT de Bananeiras e Opões

Principal nº 3,
3505 - 100 Bananeiras, Viseu

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
Recebido a 27/7/2008
Ass. PH

Município
Praça da República
3514 - 501

de Viação
Bica
Mau

